



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10259 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DOCENTES DESENVOLVIDAS NO INTERIOR DE UMA PRISÃO FEMININA

Kely Rejane Souza dos Anjos de Carvalho - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Jocyléia Santana dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DOCENTES DESENVOLVIDAS NO INTERIOR DE UMA PRISÃO FEMININA

O principal objetivo desta pesquisa foi compreender como acontece a oferta de educação na Unidade Prisional Feminina (UPF) de Pedro Afonso/TO – sob a perspectiva das professoras que lá atuam. E no desígnio de responder a tal inquietação amparou-se na História Oral Temática, como método de pesquisa. Sendo que os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: gravador digital, roteiro de entrevista semiestruturada e diário de campo. O *corpus* da investigação foi composto pelas narrativas de quatro professoras atuantes, exclusivamente, na UPF de Pedro Afonso que aceitaram, voluntariamente, participar do processo investigativo. Por intermédio da sistematização, análise e entrelaçamento dos dados, descortinam-se os resultados desta investigação que demonstraram as dificuldades encontradas na oferta de educação em espaços de privação de liberdade, devido à ausência de: estrutura apropriada para a execução das atividades educacionais, capacitação às profissionais que lá trabalham e de materiais didáticos e pedagógicos adequados.

Palavras – chaves: Educação. Docência. Prisão Feminina.

Atualmente, 37,2 mil é o número que representa o quantitativo de mulheres encarceradas país afora, e, infelizmente, esse número está em uma curva ascendente, conforme dados do Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2019)¹. Afinal, no ano 2000, esse número era aproximadamente quatro vezes menor em um universo construído por homens e para homens, e (mal) adaptado, ou não, para mulheres que pagam um alto preço por adentrarem num espaço predominantemente masculino. O Tocantins encarcera cerca de 0,40% do percentual nacional, o equivalente a 171 mulheres reclusas nas 6 unidades prisionais espalhadas pelo Estado (TOCANTINS, 2018).

Segundo Freire (1987), a educação, mais que um direito, na prisão se configura como um mecanismo de resistência ao sistema opressor, uma porta para a libertação, que permite às mulheres enfrentarem sua realidade e buscarem a reinserção social. Tal busca ocorre, não numa condição passiva, ou mesmo de submissão, mas, compreendendo tal condição, de modo a desnaturalizar e a encarar a situação de opressão como condição para a sua libertação,

autonomia e empoderamento (OLIVEIRA, 2017).

Com relação à arquitetura da sala de aula, em algumas instituições penitenciárias, elas são divididas por grades, objetivando a separação do espaço físico entre o professor e os alunos (BESSIL; MERLO, 2017) o que não acontece no lócus desta pesquisa. “Outro fato também muito esclarecedor é que, na própria arquitetura prisional, geralmente não é previsto e não existe espaço para o desenvolvimento de atividades educativas nas unidades prisionais” (JULIÃO, 2012, p. 217). Esse fato se enquadra na realidade da UPF em questão, que não foi planejada para ter um espaço destinado a práticas educativas, sendo necessárias “adaptações” para que, em 2014, fossem iniciadas as atividades inerentes ao ensino e à aprendizagem formais nesse espaço não escolar.

Diante do que foi exposto, muitos dos profissionais atuantes da rede prisional se encontram perante uma situação desafiadora em que a solução, muitas vezes, foge do seu alcance. Nesse sentido, é necessário conhecer, escutar e analisar histórias e narrativas das professoras que trabalham no Presídio Feminino de Pedro Afonso faz parte desta pesquisa, que é centrada na história oral de mulheres, nos diferentes processos de reinvenção do cotidiano da sala de aula. As questões colocadas para as profissionais, além de nortear as narrativas, também buscaram extrair relatos sobre sua prática docente.

A respeito das professoras entrevistadas foi construído seus perfis formativos que objetivou a descrição de informações que facilitem a visualização e a identificação de características que configurem não só o fazer pedagógico, como também as escolhas durante a construção do trajeto formativo e profissional dessas mulheres, conforme segue:

Tabela 1 – Perfil das professoras entrevistadas

Entrevistada	Idade	Cor	Estado civil	Tempo de docência na prisão	Experiência na educação diferenciada	Carga horária semanal	Formação
Araújo	27	Branca	Solteira	Desde 2017	Sem experiência	35h/s	Lic. Em Matemática
Medeiros	39	Branca	Casada	Desde 2014	PROJOVEM Campo ² , PROJOVEM Urbano ³ e educação indígena	29/h	Lic. Em Letras Port/Inglês
Moraes	48	Branca	Solteira	Desde 2014	PROJOVEM campo	28/h	Lic. Em Pedagogia
Santos	46	Negra	Casada	Desde 2015	EJA	30h/s	Lic. Em Pedagogia

Fonte: As autoras (2019)

E no intuito de compreender como acontece a oferta de educação na UPF de Pedro Afonso/TO foi necessário acessar as concepções das participantes, acima mencionadas, acerca das dificuldades e dos prazeres adquiridos no exercício da profissão dentro da prisão e sobre suas convicções no tocante ao papel ressocializador do professor e da escola; considerando as particularidades de suas experiências passadas em outros espaços educacionais que não o prisional, a fim de compreender o modo como vivenciam o exercício da docência no ambiente prisional.

E no desígnio de responder a tais inquietações amparou-se na História Oral Temática,

como método de pesquisa. Sendo que os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: gravador digital, roteiro de entrevista semiestruturada e diário de campo. O *corpus* da investigação foi composto pelas narrativas das quatro professoras atuantes, exclusivamente, na UPF de Pedro Afonso que aceitaram, voluntariamente, participar do processo investigativo. E, no intuito de sempre manter o rigor metodológico que a pesquisa exige, ao se analisar as falas, por meio dos aspectos supracitados, optou-se por trazer à tona as narrativas na íntegra, tal qual foram relatadas pelas professoras. Nesse sentido, realizou-se um cuidadoso estudo das transcrições e das narrativas.

Na perspectiva da atuação profissional, procurou-se conhecer se as professoras tiveram capacitação específica para atuarem na educação em prisões; a resposta foi um sonoro “não”, elemento encontrado em todas as narrativas, conforme segue: “Antes não, né. E durante, recebemos apenas uma. Essa foi voltada para o conhecimento do Sistema Prisional no Tocantins. Entendeu? Apenas isso” (MEDEIROS, 2018). Relato confirmado por Moraes (2018): “Bom, antes não, né? Durante esse trabalho lá, nós tivemos, uma capacitação, só que ela foi mais em questão de conhecimento do Sistema Penitenciário no Estado”.

Sobre o processo de ressocialização, Scariot (2013, p. 183) coloca que, nesse contexto, a professora “se torna confiante, assumindo uma postura de incentivo e estabelecendo laços de igualdade e respeito à dignidade da mulher-aluna em privação de liberdade, podendo ser considerada uma agente importante no processo de ressocialização”. Resta saber qual o papel da educação na política de ressocialização, sob o olhar das profissionais que estão na vanguarda desse processo. A esse respeito, a professora Araújo (2018) assim se expressa: “Porque a educação em si, ela é transformadora, né? A educação, ela tem o papel de tornar a pessoa, o indivíduo, um cidadão íntegro”.

O trabalho desenvolvido dentro da UPF de Pedro Afonso não envolve somente as práticas pedagógicas dentro da sala de aula, mas também projetos que são concomitantes às aulas. Além dos projetos, há também cursos e oficinas para a confecção de diversos tipos de artesanato, orientados pelas professoras, e que são a única fonte de renda para muitas das internas (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). Sobre essas atividades, extracurriculares, Medeiros (2016) traz que com muita frequência acontece, dentro da prisão, a aprendizagem informal – de grande valia para as internas por meio de artesanatos e cursos de culinária, costura, beleza entre outros.

Nesse contexto, Medeiros (2016, p.87), traz que o professor “tem um papel fundamental na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural do seu mundo-vida e das suas experiências vividas”. A esse respeito, retomou-se o diálogo com Julião (2009), ao enfatizar que a oferta de educação à população em situação de prisão ultrapassa a elevação de escolaridade, ao atingir mudanças na personalidade do indivíduo, por meio de estímulos que os façam refletir sobre percepções de cunho ético, moral e facilitem a convivência na sociedade em que estão inseridos.

A mesma percepção é evidenciada pela professora Moraes (2018), ao colocar a valorização do indivíduo, em diversos aspectos, como um dos benefícios da oferta de educação no sistema: “a oportunidade de aprender o que elas aqui fora não tiveram ou não valorizaram, né? E também uma oportunidade de trabalho, valorização como pessoa”. Posicionamento compartilhado pelas demais profissionais.

É também evidenciado pelas professoras, tanto a necessidade de práticas diferenciadas como a escassez e limitação de materiais didáticos permitidos, elementos que também são encontrados na oratória de Santos (2018):

Sim, lá nós usamos muito, assim, o material xerocopiado, livros pra pesquisa, elas não têm acesso a nenhum aparelho tecnológico, sabe? Então a gente usa muito assim de levar livros, material assim mesmo bem amplo pra elas entender, ter mais facilidade pra elas pra aprenderem, então a gente trabalha muito esse material diferenciado com elas.

Tais assertivas comprovam o que foi observado na sala da aula da UPF, a falta de materiais didáticos e também a defasagem de outros equipamentos, o que se configura como limitadores da prática docente (DIÁRIO DE CAMPO, 2018). A partir dos relatos, verificou-se que a atuação motivadora das docentes se mostrou fundamental na busca pela ressocialização de suas alunas. Fato é que a educação não dá conta de tudo, porém, ela é fundamental nesse processo (MEDEIROS, 2016), pois, como já afirmava Paulo Freire: sem ela, a sociedade não muda.

Em geral, percebeu-se que as professoras buscam a ressocialização de suas alunas em diversas frentes como “aulas, projetos, cursos, oficinas”, todos alicerçados na importância da educação. Assim, o que confere sentido ao acesso e à permanência das alunas na escola, é o trabalho diferenciado que as professoras tentam desenvolver, mesmo com as adversidades encontradas diariamente. Pois, o modo como as reeducandas veem e lidam com o processo de escolarização em prol da ressocialização é diretamente relacionado à forma como a escola e as práticas escolares se configuram no espaço prisional.

Percebeu-se também que no futuro que as profissionais desejam para suas alunas não há espaço para a reincidência, somente para o alcance de uma vida digna, por meio do trabalho e do estudo. Futuro que é mencionado por Medeiros (2018), ao elucidar que as alunas “têm nesse processo educativo a chama da esperança de futuro melhor, vida melhor, mais conhecimento, e, por conseguinte, mais dignidade humana”. Além de que, com a reinserção, tanto no mercado de trabalho como no mundo dos estudos, as alunas passarão a conviver de modo saudável com os demais, reduzindo assim o distanciamento entre a egressa e a sociedade.

REFERÊNCIAS:

- BERSIL, M. H.; MERLO, A.R.C. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 2, maio/agosto de 2017.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen**. Brasília, DF, 2019.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JULIÃO, E. F. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro – RJ, 2009.
- JULIÃO, E. F. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **Espaço da prisão e suas práticas educativas: Enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2012. p. 191-222.
- MEDEIROS, J.M.S.N. **O sentido da educação para mulheres em privação de liberdade: vivências e perspectivas**. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal

de Mato Grosso, Cuiabá – MT, 2016.

OLIVEIRA, S. S. **Educação no Cárcere: Processo de Reinserção Social de Mulheres.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Pará. Belém – PA, 2017.

SCARIOT, L.F.S.M. **Práticas de leitura, escrita e letramento na penitenciária feminina em Cuiabá-MT: a visão da professora e suas alunas.** 208f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá- MT, 2013.

TOCANTINS. Secretaria de Cidadania e Justiça. **Planilhas com os dados do sistema prisional e a oferta de educação no Tocantins.** 2018.

[1] Brasil, Levantamento nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN – dezembro de 2019. Brasília: Departamento Penitenciário Nacional, Ministério da Justiça, 2019..

[2] Programa Nacional de Inclusão de Jovens, destinado a jovens residentes em regiões urbanas, com faixa etária entre 18 e 29 anos e que não tenham concluído o Ensino Fundamental.

[3] Programa Nacional de Inclusão de Jovens, destinado a jovens residentes em regiões rurais, com faixa etária entre 18 e 29 anos e que não tenham concluído o Ensino Fundamental.